



**ESTADO DO PIAUÍ  
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA**

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E  
REDAÇÃO FINAL**

**PARECER**

***Assunto:*** Projeto de Decreto Legislativo nº 1298/2020

***Autor:*** Ver. Teresinha Medeiros

***Ementa:*** “Dispõe sobre a concessão de Título Honorífico de Cidadania Teresinense à Senhora Lúcia Helena Bueno Bortolozzo, na forma que especifica”.

***Relator:*** Ver. Graça Amorim

***Conclusão:*** Parecer favorável à tramitação, discussão e votação do presente Projeto de Decreto Legislativo

**I – RELATÓRIO:**

O insigne Teresinha Medeiros apresentou projeto de Decreto Legislativo que objetiva conceder Título Honorífico de Cidadania Teresinense **Lúcia Helena Bueno Bortolozzo**.

Em justificativa escrita, a nobre parlamentar expôs a biografia da homenageada, mencionando os relevantes serviços por ele realizados.

É, em síntese, o relatório.

**II - EXAME DE ADMISSIBILIDADE:**



## **ESTADO DO PIAUÍ CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA**

Inicialmente, observa-se que o projeto está redigido em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e ortografia oficial, devidamente subscrito por seu autor, além de trazer o assunto sucintamente registrado em ementa, tudo na conformidade do disposto nos arts. 99 e 100, ambos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Teresina - RICMT.

Observa-se, ainda, que o autor articulou justificativa por escrito, atendendo ao disposto no art. 101 da mesma norma regimental.

A distribuição do texto também está dentro dos padrões exigidos pela técnica legislativa, não merecendo qualquer reparo.

Destarte, nenhum óbice de ordem técnico-formal existe, daí porque merecer a matéria toda consideração da edilidade no tocante a tais aspectos.

### **III – DA ANÁLISE SOB OS PRISMAS CONSTITUCIONAL, LEGAL E REGIMENTAL:**

A concessão de Título de Cidadania Teresinense é uma das maiores honrarias do Poder Legislativo. O art. 70, inciso IX, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Teresina – RICMT assevera que é de competência da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se sobre matéria relativa à concessão de títulos honoríficos.

O juízo de conveniência e oportunidade quanto à escolha daqueles cidadãos que prestaram relevantes serviços ao Município de Teresina compete aos nobres edis municipais. Todavia, o art. 36, inciso V, alínea “e”, do RICMT estabelece uma limitação quanto à quantidade de títulos concedidos, conforme se observa a seguir:

*Art. 36. São atribuições do Plenário, entre outras, as seguintes:*



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA**

(...)

*V – expedir decretos legislativos quanto a assuntos de sua competência privativa, notadamente nos casos de:*

(...)

*e) concessão de Título Honorífico de Cidadão Teresinense, em até seis por vereador, e de Título de Mérito Comunitário, em até três por vereador; anualmente, a pessoas que, reconhecidamente, tenham prestado relevantes serviços à comunidade; (grifo nosso)*

No caso em comento, o setor competente realizou análise minuciosa e concluiu que houve o preenchimento desse requisito.

Por essas razões e, sobretudo, por estar a proposição em harmonia com o comando normativo vigente, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, aquiescendo com o voto de seu ilustre relator, opina **FAVORAVELMENTE** pela tramitação, discussão e votação do Projeto de Decreto Legislativo ora examinado.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala de Reunião da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, em 18 de fevereiro de 2020.

  
Ver. **GRAÇA AMORIM**  
**Relator**

“Pelas conclusões” do Relator, nos termos do art. 61, §2º, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Teresina – RICMT.



**ESTADO DO PIAUÍ**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA**

**Ver. EDSON MELO**  
**Presidente**

**Ver. DEOLINDO MOURA**  
**Membro**

**Ver. ALUISIO SAMPAIO**  
**Membro**

**Ver. LEVINO DOS SANTOS**  
**Membro**